

FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA NA EJA

Alex de Oliveira Fernandes¹

Para o início de conversa

Desde que iniciei a docência na Educação de Jovens e Adultos, em 2003, vivenciei múltiplas experiências marcantes que foram decisivas para minha formação. Nesse período, trabalhei em turmas de EJA no Ensino Médio, dos anos finais do Ensino Fundamental, em turmas de alfabetização, em projetos sociais em vilas e favelas de bairros de Belo Horizonte e no interior de empresas com turmas organizadas para trabalhadores. Além dessas experiências em sala de aula, vivenciei experiências na coordenação de turno com ênfase na organização da oferta da EJA nas escolas, produção de materiais didáticos (sequência didática, metodologia de projetos, projeto político pedagógico, planos de aulas, formação de professores, entre outras atividades). Também desenvolvi atividades no sindicato dos professores de Contagem oferecendo formação em conselhos de representantes, conferências municipais, elaboração de planos municipais de educação, sempre com foco na EJA. Destaco, ainda, uma experiência na gestão municipal de educação de Contagem, entre 2013 e 2016, que escolhi para socializar nesse relato.

Atualmente, estou lecionando na EJA nas Redes municipais de Contagem e Belo Horizonte, municípios que possuem algumas especificidades, mas que apresentam muitos desafios em comum. Em Belo Horizonte, iniciei na EJA

¹ Professor nas redes públicas municipais de Contagem e Belo Horizonte, mestre e doutor em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG).

em 2018 na mesma escola em que continuo trabalhando. A maior parte desse período, trabalhei como coordenador no turno da manhã, com turmas compostas, na sua maioria, por jovens de 15 a 18 anos, com a presença de poucos adultos e idosos. São jovens que tiveram a trajetória marcada por repetência escolar, abandono dos estudos, transferência de escolas por motivos de indisciplina, encaminhamento de instituições sociais por violações, atos infracionais ou abandono familiar. Grande parte dos jovens e adolescentes atendidos na nossa escola tiveram suas histórias atravessadas pelo que chamo de “drama social” vivenciado pelas famílias pobres brasileiras. A maioria desses estudantes não tiveram convívio com seus pais, são filhos (as) de mães solteiras ou separadas que trabalham fora e possuem pouco tempo de convivência familiar durante a semana. Portanto, são adolescentes e jovens que foram submetidos, desde a primeira infância, a contextos sociais desfavoráveis ao desenvolvimento emocional e que, também por isso, apresentam inúmeros desafios ao processo de escolarização.

Nesse período de 8 anos que estou na EJA do município de Belo Horizonte observei muita instabilidade no sistema de ensino, ausência de políticas consistentes, muitas mudanças nas equipes da Secretaria Municipal de Educação (SMED) e raras formações para professores ancoradas nos princípios da modalidade. A impressão que tenho é a de que a EJA em Belo Horizonte “parou no tempo”, ela se organiza num formato construído no passado, mas com professores e outros profissionais que não participaram dessa construção e que atuam sem um referencial de políticas públicas para a EJA. Por exemplo, não existe mais lotação de professores, na prática isso significa instabilidade nas escolas, falta de continuidade dos trabalhos já que a cada ano mudam-se as equipes de trabalho.

Nesse sentido, apesar da experiência que selecionei para o presente relato ter ocorrido na cidade de Contagem, acredito que as reflexões são importantes para outros municípios que ofertam a EJA que enfrentam limites e desafios em comum, assim como apresentam potencialidades para o desenvolvimento de uma educação crítica e emancipadora capaz de promover a

formação de uma consciência crítica em busca da superação de diversas formas de opressão sob as quais vivem os sujeitos da EJA. Embora, é verdade que os atuais formatos de organização e oferta da modalidade nos municípios não estejam contribuindo para o necessário desenvolvimento da concepção crítica de educação.

Em busca da construção coletiva de formação continuada

A experiência da “formação continuada” na Educação de Jovens e Adultos escolhida para o presente relato se iniciou no ano de 2013. Em 2012 fiquei excedente devido ao processo de redução de turmas na EJA promovido pela Secretaria Municipal de Educação de Contagem. Ao final do ano, diminuiu-se a quantidade de professores da EJA que estavam nas escolas da cidade, incluindo a escola Municipal Vasco Pinto da Fonseca na qual estava lecionando.

Ainda em 2012 houve eleições municipais para a prefeitura de Contagem, uma disputa entre um candidato do Partido dos Trabalhadores e outro do Partido Comunista do Brasil. O candidato do PC do B, Carlinhos Moura, venceu a eleição e, em 2013, iniciou-se um novo governo na cidade. Nesse processo de transição, eu fiquei excedente no período noturno.

A vitória do candidato do PC do B contou com o apoio de lideranças sindicais da cidade de Contagem, que inclusive ajudaram a elaborar a proposta de educação para o prefeito Carlinhos Moura. Por atuar no sindicato como representante sindical da escola em que trabalhava, conhecia algumas lideranças da diretoria sindical. Esses contatos favoreceram minha indicação para compor a equipe da EJA na Secretaria de Educação de Contagem (SEDUC), como assessor pedagógico, junto com mais duas pessoas, sendo um coordenador e outra assessora. Dessa forma, em março de 2013, iniciei o trabalho na SEDUC, num setor ao qual a EJA estava vinculada.

Atuando nesta secretaria, nossa equipe foi responsável pelas políticas

públicas da EJA no município. Uma equipe composta pelo coordenador, dois assessores pedagógicos e a diretora geral. Na prática, o fluxo de trabalho de nossa equipe ocorria da seguinte maneira: Eu, a outra assessora e o coordenador formulávamos as ações, ideias, propostas e apresentávamos à nossa diretora. Dependendo das deliberações e das implicações das mesmas, nossa diretora autorizava os encaminhamentos que apresentávamos. Propostas que possuíam implicações de maiores proporções, incluindo investimento financeiro, mudanças em quadros de professores, custos para contratação de formadores, etc, dependiam da autorização da secretária de educação. Essa informação é importante para o presente relato, pois ajuda a entender o fluxo de trabalho que impactou em nossa atuação na SEDUC no período em que as formações continuadas ocorreram.

No ano de 2013 a então secretária de educação reuniu-se com nossa equipe e após ouvir as propostas para a EJA nos deu votos de confiança para a implementação das ações apresentadas a ela, mas destacou que gostaria de receber relatórios constantes do andamento do processo. Dessa forma, no ano de 2013, nossa equipe de assessoria teve uma relativa autonomia para implementar as ações elaboradas, incluindo as formações continuadas que serão priorizadas no presente relato. Ao final de 2013, houve mudanças no quadro administrativo da SEDUC, incluindo a saída da secretária de educação que foi substituída por um novo secretário, que permaneceu até o final do governo em 2016.

Iniciando a formação continuada na EJA: 2013

Com exceção da diretora geral (nossa chefia imediata), os três integrantes da equipe da EJA tinham diversas experiências na Educação de Jovens e Adultos, seja lecionando em escolas de Contagem e Belo Horizonte (os três concursados na educação), atuando na rede privada, ou adquiridas em formações específicas da modalidade, em cursos de aperfeiçoamento e especialização. A

experiência dos integrantes da equipe foi fundamental para a implementação das ações ocorridas na EJA da cidade e para o enfrentamento das dificuldades vivenciadas no processo.

Logo no início de março de 2013, após várias reuniões, formulamos um diagnóstico sobre a EJA da cidade de Contagem, destacando os principais desafios e algumas propostas a serem apresentadas aos gestores municipais da educação e aos trabalhadores da EJA que atuavam nas escolas. Incluem-se entre esses trabalhadores de escola os diretores, os professores, os pedagogos e os trabalhadores do quadro administrativo (secretários das escolas responsáveis pela documentação escolar dos estudantes).

No diagnóstico, destacamos as questões que considerávamos importantes a partir das experiências adquiridas lecionando nas escolas de EJA.

Era nossa intenção aumentar a quantidade de professores nas escolas e para isso aplicamos o fator quantitativo de 1,5. Na prática isso significava multiplicar o fator 1,5 pela quantidade de turmas existentes nas escolas, por exemplo, uma escola com 4 turmas teria 6 professores ($4 \times 1,5 = 6$). Também buscávamos destacar a necessidade de se firmar as especificidades da EJA, os princípios e as concepções de educação existentes na legislação e nas proposições da modalidade encontradas nos pareceres e bibliografia específica da modalidade.

Em relação a esses pontos, buscávamos resolver o problema detectado na cidade de aceleração da certificação dos estudantes promovidos na gestão anterior. Na prática, qualquer estudante, independente da formação anterior, poderia ser certificado na EJA se completasse 400 horas na modalidade. Ou seja, independente da trajetória escolar dos estudantes, todos podiam concluir o Ensino Fundamental na EJA em apenas 6 meses. Tínhamos a compreensão de que essa medida tinha intenção de acelerar a certificação dos estudantes para reduzir a demanda existente, mas ao mesmo tempo inviabilizava a oferta de uma educação de qualidade por não garantir um tempo necessário para isso.

No relatório inicial também apresentamos os dados referentes à quantidade de turmas, matrículas e de trabalhadores que atuavam na EJA da cidade. Dentre as várias questões presentes no relatório, destaco algumas: - Criar uma comissão de “Reorganização da EJA”, formada por professores, sindicato e membros da SEDUC, para elaboração da proposta de reorganização da EJA em Contagem. Nas escolas os grupos de professores debateriam durante a semana (18:00 às 18:45) e nas sextas-feiras que em Contagem eram dias destinados ao planejamento pedagógico e a formação docente. Os representantes levariam o posicionamento do grupo sobre as proposições de cada escola para serem socializadas com a comissão de reorganização da EJA.

A ideia da reorganização estava baseada na concepção democrática participativa com um sentido geral de *flexibilidade*, tanto de tempo e de espaço, quanto de estrutura curricular. Buscou-se romper com a ideia imperante da EJA como adaptação resumida do Ensino Fundamental pensada para crianças e adolescentes. Tínhamos a compreensão da necessidade de se valorizar e organizar atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas inseridas no currículo, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes da EJA, assim como promover a integração curricular entre cursos profissionalizantes de formação inicial continuada e os conteúdos e práticas pedagógicas desenvolvidas na EJA.

Entre as várias ações previstas no relatório inicial, colocamos em destaque a sistematização de programas de formação continuada destinados aos educadores da Rede, acreditando que a formação era indispensável no processo de reorganização. Reorganização essa pensada na concepção democrática que reconhecesse e valorizasse a autonomia das escolas e o envolvimento dos profissionais com as propostas pedagógicas. O desejo de descobrir novos caminhos, novas relações, novos conhecimentos de forma compartilhada.

O relatório com o diagnóstico inicial formulado por nossa equipe foi apresentado aos professores da EJA num encontro de formação. No encontro

apresentamos a proposta de formar uma comissão de estudo da EJA na cidade e, a partir desse estudo, elaborarmos propostas concretas a serem implementadas durante o ano de 2013. Ao relembrar esse processo, vivido há cerca de 10 anos, dois pontos se destacam: 1) A indisposição de parte dos professores que se manifestaram no encontro de formação, alegando que esperavam mais de nossa equipe da SEDUC. Lembro-me de algumas falas dos professores que nos criticaram dizendo que era um absurdo a SEDUC ficar 3 meses sem apresentar nada para a EJA, no ano de 2013, e não trazer nada de concreto para ser implementado. Segundo alguns, essa ideia de construir coletivamente seria desculpa para o atraso de ações concretas que já deveriam ser apresentadas para a categoria. O posicionamento de alguns professores tensionaram o encontro de formação, mas não impediram a continuidade do debate. Sabíamos que havia uma indignação muito grande de professores e muita desconfiança em relação à secretaria de educação, justificada pelo fechamento de muitas turmas e escolas nos anos anteriores. Portanto, nossa equipe já esperava a indignação de parcela dos professores da EJA, por isso, firmamos nosso compromisso de construção coletiva ao invés de chegar com propostas fechadas e definidas. Pontuamos nossos princípios com a gestão democrática participativa, com a qualidade social de educação que tem como ponto central o envolvimento dos atores que atuam nas políticas educacionais também nos processos de formulação das políticas públicas e não apenas na execução. Entretanto, mesmo apresentado nossos princípios, ficava evidente que muitos professores desconheciam, ou não tiveram a oportunidade de vivenciar experiências democráticas de construção de políticas educacionais. Parcela significativa dos docentes se formaram e atuaram na lógica da gestão neoliberal, na qual um “grupo de especialistas” formulam as políticas e as propostas para as escolas e os professores se restringem à execução das propostas formuladas fora da escola. Olhando hoje para esse processo ocorrido há cerca de 10 anos, tenho a convicção de que a grande maioria dos professores desse país ainda desconhece o que é uma gestão democrática participativa. Tenho a impressão de que as tentativas de experiências de gestões democrático-

participativas diminuíram significativamente nos últimos 20, 10 anos. E o que resulta disso é a naturalização dos princípios de gestão gerencialistas que atribuem aos professores as funções de meros executores das políticas educacionais pensadas em gabinetes e descoladas do contexto escolar.

O segundo ponto que destaco dessas lembranças foi o apoio recebido por parcela significativa dos professores que estavam presentes nos encontros. Havia mais de 100 pessoas na formação e houve algumas falas e posicionamentos dos trabalhadores presentes na formação no sentido de afirmar que acreditavam nos princípios da gestão democrática participativa e que gostariam de participar da comissão proposta por nossa equipe. Ao final do evento saiu a proposta de 5 encontros de formação para formulação de um documento contendo desafios e propostas para a EJA de Contagem.

Lembro-me que nossa equipe da EJA da SEDUC ficou bastante satisfeita com o encontro, mas ao mesmo tempo, sentimos a necessidade de buscar um formador externo, algum nome das universidades, um professor/pesquisador que pudesse nos acompanhar nos 5 encontros de formação. Acreditávamos, naquele momento, que a presença de um formador, professor referência na EJA, poderia nos ajudar nos momentos de tensão que se evidenciaram no primeiro encontro. Não se tratava de fugir dos debates, das críticas necessárias aos processos democráticos, mas de impedir que alguns posicionamentos políticos inviabilizassem nossa proposta. Nesse sentido, apresentamos uma proposta de formação (comissão de organização da EJA) para o professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG), Charles Cunha, que, prontamente, aceitou o desafio. O professor Charles, além da experiência no campo da pesquisa e docência na Educação Superior, vinha de uma experiência na EJA muito relevante na Rede Municipal de Belo Horizonte, em especial no Programa de Educação de Trabalhadores (PET).

Os encontros da comissão de reorganização da EJA

A partir da proposta coletiva, que contou com a participação do professor da UFMG Charles Cunha, de professores (as), pedagogos (as) e equipe da EJA da SEDUC, foi elaborado um relatório com objetivo inicial de sistematizar os pontos referentes às dificuldades, aos problemas, propostas e encaminhamentos necessários para a oferta de uma educação de qualidade social na EJA.

Meu objetivo não é narrar todo o processo de formação ocorrido nos 5 encontros. Mas destacar alguns pontos presentes no relatório final que foi produzido pela comissão de organização da EJA que ainda possibilitam reflexões importantes para a modalidade, tanto nas redes municipais de educação em que leciono, nos municípios de Contagem e Belo Horizonte.

No encontro final, ocorrido no mês de novembro de 2013, a comissão aprovou o relatório com o seguinte título: “Apontamento de questões relevantes para pensar a EJA no Município de Contagem: Problematizações e desafios”. O relatório foi apresentado como uma síntese realizada pelo professor Charles Cunha de todos os apontamentos realizados nos 5 encontros de formação. Acho relevante apresentar o conteúdo do relatório na íntegra, composto pelos pontos a seguir, uma vez que ele traz questões importantes para a EJA:

- Desenvolvimento da política visando combater o alto índice de evasão escolar.
- Agilizar o envio de estagiário para acompanhar os estudantes com deficiência.
- Inserir um professor alfabetizador a mais para atuar no 2º Segmento devido ao déficit de aprendizagem dos estudantes.
- Inserir o Eixo temático: “O mundo do trabalho” nos currículos da EJA.
- Considerar a lista de chamada do ano todo para fazer a projeção do ano seguinte, pois a evasão significa também demanda, porque esse sujeito continua com a escolarização incompleta.
- Realizar periodicamente chamadas públicas para EJA.
- Tratar a EJA como modalidade, direito social dos estudantes, pois nos últimos anos não houve uma política pública específica para a EJA.

- Desenvolver estratégias para incentivar o trabalho coletivo nas escolas, pois a postura individualizada dos professores inviabilizam as práticas pedagógicas de qualidade.
- Construir uma EJA pensada nos jovens adolescentes, porque o trabalho está muito difícil nas escolas.
- Desenvolver pesquisas e relatórios sobre os professores e outros profissionais que atuam na EJA; “Quem é o professor da EJA?”
- Discutir a questão do perfil para os profissionais que atuam na EJA - não apenas o perfil dos professores.
- Reduzir, paulatinamente, os contratos de professores para qualificar o trabalho com professores efetivos de carreira.
- Promover formação continuada para tratar da questão da docência.
- Garantir a flexibilidade curricular para atender as especificidades das comunidades locais situadas nas regionais.
- Ampliar a segurança nas escolas devido à violência, agressividade e consumo de drogas, comportamento apresentado principalmente pelos jovens adolescentes.
- Valorizar os profissionais da escola ampliando a autonomia necessária na construção do projeto curricular da escola.
- Possibilitar tempos e espaços para que os profissionais da escola participem da construção de projetos pedagógicos pensados a partir da realidade local; dos problemas e desafios apresentados pela comunidade.
- Repensar a escola no sentido de criar currículos atrativos para a juventude; “criar condições para despertar desejos nos jovens”.
- Evitar a reprodução do currículo e das práticas pedagógicas do ensino regular para a EJA.
- Promover espaços de debates com professores e estudantes sobre o mundo do trabalho: “O atual contexto é o de precarização do trabalho”.
- Combater a lógica fatalista da escola como reprodutora da estrutura social brasileira excludente e precária; “A escola não pode ser responsabilizada por todos os problemas da sociedade, mas não pode deixar de exercer sua função social”.
- Considerar os sujeitos da EJA (adolescentes, jovens, adultos e idosos) na perspectiva da diversidade e de suas múltiplas dificuldades.
- Considerar também a condição de igualdade que nos une como seres humanos.
- Fazer uma pesquisa sobre o servidor de Contagem; buscar dos dados sobre o Censo do servidor de 2010 realizado em Contagem.
- Criar uma metodologia de pesquisa no município para conhecer a real demanda potencial de estudantes a serem atendidos na EJA de Contagem.
- Rever a tipologia como forma de evitar que professores sejam obrigados a lecionarem conteúdos em áreas que não foram formados.

- Qualificar a EJA garantindo aos estudantes o acesso a todas as áreas de conhecimento.
- Ampliar o quadro de profissionais nas escolas para qualificar a estrutura oferecida aos estudantes.
- Criar condições para que o quadro de profissionais não fique refém da rotatividade e evasão de estudantes.
- Promover o debate sobre o conceito de autogestão.
- Ampliar o espaço democrático para os profissionais, que atuam nas escolas, participem da elaboração de políticas públicas para EJA.
- Combater a evasão escolar, desenvolvendo estudos sobre os motivos que levam os estudantes a abandonarem as escolas.
- Incentivar todos os profissionais que atuam nas escolas a ligarem para estudantes que abandonaram a escola e desenvolver campanhas nas comunidades para atrair estudantes para EJA.
- Promover a integração entre o currículo da EJA e cursos profissionalizantes, visando a permanência dos estudantes nas escolas.
- Rever os critérios para a certificação dos estudantes.
- Elaborar currículos específicos para EJA; construção de matrizes de referência sem, no entanto, engessar o currículo.
- Construir materiais didáticos específicos para a EJA.
- Promover formações regionalizadas para professores no sentido de pensar a partir das demandas locais.
- Ampliar a assessoria pedagógica oferecida pela SEDUC nas regionais.
- Pensar no perfil dos profissionais que atuam na EJA.
- Estimular as políticas intersetoriais para atendimento dos estudantes da EJA (saúde, segurança, esporte, cultura).
- Pensar na criação de modelos de diário e critérios de registro mais práticos e eficientes.
- Desconstruir o imaginário da EJA como espaço de aceleração de estudos.
- Desenvolver intervenções pedagógicas para combater o consumo de drogas pelos estudantes.
- Criar mecanismos mais transparentes sobre os critérios de certificação na EJA.
- Estimular o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao mercado de trabalho.
- Desenvolver oficinas de trabalho nas escolas visando torná-las mais atrativas.
- Estimular projetos interdisciplinares com temáticas relevantes para a juventude.
- Ampliar o debate sobre a inclusão escolar.

- Desenvolver práticas pedagógicas visando reconhecer os sujeitos da EJA.
- Buscar parcerias com empresas privadas visando a inserção dos estudantes da EJA no mercado de trabalho.
- Fortalecer a parceria com a guarda municipal e polícia militar para garantir a segurança escolar.
- Garantir a prática de esporte nas escolas que ofertam EJA para a juventude.
- Estimular palestras nas escolas sobre sexualidade, drogas e saúde.
- Garantir estagiários para estudantes com deficiência.
- Criar processo seletivo específico para profissionais que atuam na EJA.
- Promover a circulação de profissionais do 2º segmento também no 1º segmento.
- Possibilitar a autonomia da escola para definição se o trabalho é por temática ou por área de conhecimento.
- Definir conteúdos mínimos a serem aprendidos pelos estudantes da EJA.
- Incluir nos currículos a temática do respeito ao patrimônio público.
- Possibilitar aos estudantes a utilização de equipamentos tecnológicos.
- Promover o controle do fluxo de estudantes nos corredores da escola.
- Explorar os temas transversais dos PCNs.
- Ampliar os projetos e trabalhos de campo, visando explorar as vivências e experiências fora do espaço escolar.
- Ampliar as atividades esportivas, estimulando a saúde e qualidade de vida.
- Potencializar o trabalho nas turmas do 1º segmento, visando atender à diversidade apresentada pelos estudantes em diferentes níveis de aprendizagem.
- Eliminar a oscilação no quadro de professores da EJA.

O relatório foi apresentado aos trabalhadores participantes da formação, com a assinatura de representantes de 21 escolas². Ao final do encontro, nossa equipe firmou o compromisso de executar as ações propostas no relatório e de adotá-lo como referência para as políticas implementadas na EJA pela SEDUC.

2 O relatório final teve a representação das seguintes escolas municipais de Contagem que ofertavam a EJA em 2013: 1) Ana Guedes Vieira; 2) Ápio Cardoso 3) Avelino Camargos 4) Babita Camargos 5) Cândida Rosa 6) Cel. Antônio Augusto 7) Cel. Joaquim Antônio da Rocha 8) Professor Domingos Diniz 9) Francisco Sales 10) Gabriela Leite 11) Glória Marques 12) Ivan Diniz 13) Júlia Kubitschek 14) Maria do Amparo 15) Newton Amaral 16) Paulo César Cunha 17) Pedro Pacheco 18) Renê Chateaubriand 19) Vasco Pinto da Fonseca 20) Virgílio de Melo Franco 21) Wancleber Pacheco.

Algumas reflexões motivadas por esse relato

Como educador, essa experiência me marcou profundamente. Durante os 4 anos em que estive na secretaria de educação tive a oportunidade de conhecer e estudar profundamente a Educação de Jovens e Adultos, o que contribuiu significativamente para o meu aprimoramento profissional como educador. Por outro lado, foi uma experiência carregada de desafios, desafetos, desencantamentos, decepções, com muitos momentos de tensão. Tensões que giravam do desejo de nossa equipe em ofertar as condições necessárias a uma educação de qualidade social e o descaso em relação à EJA por parte de muitos gestores com poder de decisão.

A seguir destacarei algumas reflexões motivadas pela experiência apresentada:

1. *Ausência de continuidade nas políticas públicas*

Após o primeiro ano de governo municipal, da gestão na qual essa experiência ocorreu, houve mudanças na secretaria incluindo mudança de secretário de educação, coordenador e equipe de assessoria da EJA. Com as mudanças, outras demandas, outros direcionamentos, outras concepções, outros interesses se chocaram com os encaminhamentos, formulações e ações pensadas inicialmente. Nos três anos posteriores a 2013, permaneci na SEDUC atuando na coordenação da EJA e buscando me orientar pela concepção democrática participativa, buscando envolver os professores e os demais trabalhadores que atuam nas escolas, na formulação e implementação das políticas públicas da modalidade. Porém, esse processo foi marcado por disputas, conflitos e tensões, uma vez que a gestão formada pelo novo secretário e a equipe formada por ele não estava disposta a realizar os investimentos necessários para ofertar uma EJA de qualidade social. Dessa forma, algumas ações indicadas no relatório inicial foram mantidas, como, por exemplo, realizações de algumas formações continuadas

entre os anos 2014 e 2016, porém, outras foram inviabilizadas, o que prejudicou a continuidade de grupos de estudos necessários à formação de profissionais comprometidos e qualificados nos princípios, metodologias e especificidades da EJA.

A partir de 2017, com a eleição de outro prefeito, um novo governo se constituiu na cidade, o que significou a suspensão da maior parte das ações encaminhadas para a EJA, incluindo a formação continuada com os professores que buscava construir cadernos pedagógicos com materialidade específica para educandos da EJA. Considero que a ausência de continuidade de boas políticas educacionais é um grande problema, pois, em geral, impera a ideia de que novos governos devem sempre abandonar o que foi feito por governos de partidos diferentes, mesmo quando as políticas e os resultados são avaliados positivamente pelos trabalhadores.

2. *Amadorismo, falta de preparo e desconhecimento por parte de gestores com poder de decisão*

Outra reflexão oriunda dessa experiência narrada diz respeito aos processos políticos de escolha dos gestores que conduzem as políticas destinadas à EJA. Muitas pessoas com poder de decisão na administração pública recebem esse poder por indicação política sem a qualificação, formação política pedagógica necessária à função que exercem. Isso dificulta muito a consolidação dos princípios, objetivos, metodologias, concepções e especificidades da modalidade. Embora existam documentos importantes para a EJA como pareceres, resoluções, orientações nacionais, estaduais, municipais e existam produções importantes sobre essa modalidade, envolvendo pesquisas, artigos, livros, etc, muitas políticas desenvolvidas na EJA estão descoladas da necessária compreensão do que significa as especificidades de jovens, adultos e idosos. Pude verificar que muitos gestores tomam decisões sem conhecimento técnico, político-pedagógico, o que acaba por reforçar a ideia de que a EJA é apenas uma adaptação resumida, fragmentada do Ensino Fundamental tido como “regular”, o que desconsidera os

princípios da Educação Popular, democrática e participativa. O processo educacional deve considerar os sujeitos educandos e educadores envolvidos, o que inclui pensar em tempos, espaços, materiais e processos específicos para jovens, adultos e idosos, e não a reprodução e simplificação de um modelo pensado para crianças e adolescentes. Mas a desqualificação de gestores com poder de decisão, somado ao amadorismo, má vontade, preconceito e descaso dificultam a efetivação de políticas pedagógicas comprometidas com o respeito às especificidades da modalidade.

3. *Preconceito institucional em relação à EJA*

Na experiência que busquei descrever nesse relato, verifiquei um preconceito de gestores e professores em relação aos educadores e educandos da EJA, em relação à modalidade. Constantemente a EJA era esquecida, deixada de lado nas reuniões e ações pensadas para a educação no município. Alguns exemplos simples evidenciam esse preconceito; contratos para visitação em museus, aulas-passeios, palestras, aquisição de materiais pedagógicos, compras de livros de literatura, material esportivo, ações da SEDUC que excluíram a EJA e que geravam conflitos entre nossa equipe e outros gestores da secretaria. Essa exclusão se manifestava também na ausência de profissionais em escolas de EJA como secretária escolar, bibliotecários, pedagogos, vice-diretores, ou seja, escolas que ofertavam a EJA e que não possuíam quadro de profissionais completos como havia no ensino fundamental para estudantes até 14 anos. Muitos gestores com poderes de decisão consideravam que para a EJA o mínimo era suficiente.

Observei também preconceitos nas falas de alguns professores, pedagogos e diretores escolares em relação à estudantes da EJA, principalmente em relação à presença de jovens na faixa etária entre 15 e 17 anos. Para muitos, esses jovens eram indesejáveis, o que evidencia um tipo específico de preconceito porque eram jovens conhecidos pelos docentes e que apresentavam comportamento desafiador que reproduzia o ciclo de violência ao qual os

estudantes pertenciam. Acredito que as limitações existentes no campo da formação docente contribuem para a “culpabilização” dos jovens pelo comportamento desafiador que apresentam nas escolas. Distantes do modelo idealizado por professores em relação aos estudantes, muitos docentes apresentaram preconceito em relação a estes jovens.

4. Importância da participação de profissionais que defendem a EJA nos espaços institucionais de poder

O preconceito e o desinteresse de gestores em relação à EJA, formam uma cultura de descaso que é alimentada e reproduzida institucionalmente. Há um preconceito cultural, institucional em relação à EJA. Nesse sentido, torna-se importante a presença de educadores comprometidos com a Educação de Jovens e Adultos em espaços institucionais para buscar desnaturalizar e desconstruir essa cultura preconceituosa que na verdade é um preconceito contra pessoas jovens, adultos e idosos que são sujeitos de direitos. Considero que a presença de educadores comprometidos com a EJA nos espaços institucionais de decisão ajuda colocar essa modalidade na agenda de políticas educacionais.

5. Mudança verificada no perfil dos trabalhadores (professores e pedagogos) que atuam na EJA, especificamente em relação aos debates políticos-pedagógicos que emergem nos encontros de formação.

Comecei a lecionar na EJA no ano de 2003 e sempre busquei participar dos encontros de formação, debates e conversas sobre a EJA, seja em conselhos de representantes e assembleias promovidas pelos sindicatos ou pelos governos municipais. Além disso, nesse período (entre 2003 e 2025) sempre participei de cursos de formação voltados para a EJA, em cursos de aperfeiçoamento, formação continuada e grupos de estudos e trabalho. Nesse período constatee mudanças no perfil dos trabalhadores que atuam na EJA, tanto em Contagem como em Belo Horizonte, mudanças essas verificadas nos encontros de formação e reuniões ocorridas no período da experiência aqui relatada. Percebo que entre 2003 até

2012 os debates, seminários, discussões ocorridas nas formações da EJA giravam mais em torno da discussão política da educação. Havia mais reivindicações pela qualidade social da educação, que incluía melhorias nas condições físicas das escolas, melhorias estruturais necessárias a um ambiente acolhedor para estudantes trabalhadores, criação de políticas pedagógicas e materiais didáticos específicos para jovens, adultos e idosos, criação de tempos e espaços específicos para a modalidade, necessária mudança na legislação para atender a essas e a outras especificidades.

Buscava-se também questionar os sistemas educacionais, orientados sob concepções neoliberais de educação, na medida em que estes criavam políticas sem a participação dos trabalhadores da EJA. Ou seja, os debates políticos estavam presentes, sobretudo na medida em que reivindicavam a democracia, a participação dos trabalhadores na formulação das políticas destinadas à EJA. Entretanto, nos últimos dez anos percebo um certo esvaziamento desses debates na EJA, não que eles tenham deixado de existir, mas diminuído. Houve uma diminuição de espaços de debates e construção coletiva de políticas para a EJA nos municípios em que atuo e os poucos cursos de formação continuada ofertados pelos municípios nos últimos anos oferecem poucas condições para a formação política pedagógica dos docentes que atuam na EJA, priorizando questões pedagógicas como se a pedagogia fosse desvinculada da política, o que sabemos não ser verdade.

Nas formações que ofertamos entre 2013 e 2016 as falas dos professores, as intervenções, giravam no sentido de reivindicar segurança nas escolas diante do comportamento agressivo dos estudantes, violência, drogas, uma série de desconfortos em relação ao comportamento considerado inadequado dos estudantes adolescentes e jovens. Muitos se mostravam saudosistas em relação a uma EJA formada apenas por adultos trabalhadores e idosos. Também constatamos que muitos desejavam propostas como prescrições de matrizes curriculares para a EJA que oferecesse “todos os conteúdos” de “todas as 8

disciplinas” do Ensino Fundamental tido por eles como “regular”. Para muitos educadores que participavam das formações e reuniões a ideia de construção coletiva das políticas educacionais para a EJA soavam de forma estranha, assim como estranhavam as metodologias da Educação Popular como Cartas Pedagógicas, planejamentos flexíveis e definição de conteúdo a partir de diagnósticos usados para verificar os saberes populares e saberes prévios dos estudantes, valorização da oralidade, etc.

Realizamos uma formação em 2014 na qual a proposta era a construção de materiais didáticos feita pelos professores e pedagogos que culminou no lançamento de um caderno da EJA com sequências didáticas organizadas pelos participantes. Na formação, inicialmente com cerca de 80 pessoas, contratamos formadores que adotaram princípios da educação popular e metodologia ativa. Porém, cerca de metade dos participantes abandonaram a formação. Claro que os motivos do abandono são vários que nos escapam à total compreensão, porém constatamos que uma das motivações foi a dificuldade em compreender as especificidades da modalidade. Para muitos a ideia de uma EJA como adaptação resumida do Ensino “Regular”, com currículo prescrito que reproduz a escola bancária tradicional, era mais cômoda do que os desafios existentes na concepção de Educação Popular. Formados numa cultura tradicional que dá pouco espaço para a participação democrática dos educadores, muitos acabam por reproduzir a cultura sob a qual são formados.

6. Importância da formação continuada, tendo em vista a ausência e/ou insuficiência da formação inicial em EJA oferecida nos cursos de graduação.

A experiência na Secretaria Municipal de Educação confirmou a importância das formações continuadas na EJA. A compreensão das especificidades da EJA, que inclui tempos, espaços e materiais pedagógicos adequados a estudantes jovens, adultos e idosos, requer tempo e formação. Os desafios da modalidade exigem uma formação contínua, uma vez que a formação inicial recebida nos cursos de licenciatura (quando acontecem) são insuficientes.

Na EJA lidamos com situações muito específicas como frequência flutuante dos estudantes, atrasos na entrada devido ao trabalho, cansaço, distância da escola, questões familiares, instabilidades, baixa autoestima e outras questões que emergem da situação de pobreza e desigualdade social e privação de direitos. Apesar disso, os estudantes trazem saberes potentes advindos de suas experiências de vida e de suas histórias. Essas questões exigem um saber docente específico, o reconhecimento, a escuta, o respeito aos saberes que os estudantes acumularam. Exigem também planejamentos adequados ao contexto, ao local, às especificidades de cada escola, cada turma, cada sujeito discente. Porém, parte significativa dos professores que participaram das formações não apresentavam perfis adequados a essas especificidades da EJA. Não porque não tivessem competências, habilidades ou condições para tal, mas porque se formaram na concepção tradicional de educação, naquilo que Paulo Freire chamou de Educação Bancária, treinados mais para transmitir conteúdo do que escutar e valorizar as histórias de vida e os saberes prévios dos educandos de forma verdadeiramente democrática. Nesse sentido, acredito que a formação continuada deve ser constante, como uma ação necessária para superar a cultura de descaso em relação à EJA que predomina nos municípios brasileiros.

A esperança em novas lutas coletivas

Termino esse relato com uma reflexão de Paulo Freire sobre a esperança. De acordo com Freire, a esperança não é apenas um sentimento, uma atitude passiva de aguardar algo que aconteça apenas por um desejo de mudança em relação a algo que está ruim. Penso que nos últimos 10 anos as políticas educacionais implementadas na EJA, somado a ausência de políticas educacionais adequadas às especificidades da modalidade, contribuíram para um cenário ruim. Como destaquei nas reflexões anteriores, tanto em Contagem como em Belo

Horizonte, estamos muito distantes da oferta de uma EJA de qualidade social que exigiria investimentos necessários e adequados às especificidades da modalidade.

Nesse sentido, penso que não adianta ter esperança em mudanças significativas se esse desejo e sentimento estiver descolado da realidade concreta. Essa realidade é marcada por baixos investimentos financeiros nas escolas de EJA, por ausência de continuidade das políticas educacionais, por instabilidade gerada pelo constante fechamento de turmas e escolas, por contratos precários e temporários que inviabilizam a continuidade do trabalho pedagógico. Sem a continuidade não se cria vínculos, afetividades, confiança e sem esses elementos as práticas de ensino e aprendizagem ficam comprometidas. Reafirmo também a necessidade de formação continuada para os profissionais que atuam na EJA. Sem essas formações formuladas com base nos princípios da modalidade, nossa esperança será apenas um sentimento ingênuo diante de uma realidade concreta que a inviabiliza.

Mas Freire nos ensinou que esperança é outra coisa, entendida como um verbo, uma ação que envolve atitude, engajamento, luta e construção, portanto, algo diferente da atitude passiva. É com essa concepção freireana de esperança que termino esse relato, com a certeza de que as mudanças na EJA só podem ocorrer com ações concretas em busca de políticas democráticas participativas que possibilitem aos sujeitos envolvidos novas aprendizagens necessárias à superação da educação bancária ainda fortemente presente nas escolas e nos sistemas de educação. As ações concretas para transformar a realidade só podem ocorrer coletivamente. Devemos fortalecer os laços de solidariedade, nos aproximar dos que lutam e defendem uma EJA de qualidade social para juntos lutarmos contra os atuais referenciais políticos neoliberais impostos nos sistemas educacionais que buscam esvaziar o sentido político da educação. Nesse sentido, quem sabe a retomada das políticas públicas para a EJA no ano passado pelo Ministério da Educação, por meio do Pacto Nacional pela superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos não seja uma nova oportunidade de

nos juntarmos em busca do fortalecimento de uma rede de profissionais comprometidos com a modalidade, com os educandos que tanto necessitam da EJA. Desde o final de 2024, estou atuando no Pacto da EJA como formador local, responsável pela oferta de formação continuada para professores e gestores de 11 municípios da região metropolitana de Belo Horizonte. Quinzenalmente conseguimos reunir entre 60 e 80 pessoas, no formato *online*, que debatem e estudam os princípios da Educação Popular, assim como os princípios e temas da modalidade. As formações têm ocorrido em todo o país, e, apesar de saber das contradições intrínsecas às políticas educacionais, sei que ações concretas como as promovidas pelo Pacto Nacional da EJA são as que movem a esperança no sentido freireano da palavra.